ISSN: 2358-8829

JUVENTUDE E CIDADANIA EM DEBATE: CONTRIBUIÇÕES DO ENSINO DE SOCIOLOGIA E DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

José Aumendes da Silva Farias [1]

INTRODUÇÃO

A juventude constitui uma categoria social marcada pela diversidade de experiências, identidades, trajetórias e formas de participação na sociedade. Compreender os jovens para além de uma definição exclusivamente etária implica considerar os diferentes contextos sociais, culturais e territoriais nos quais constroem suas experiências e atribuem sentidos às suas vivências. Conforme Novaes (2006), as experiências juvenis são atravessadas por diferentes condições sociais e culturais, de modo que não se pode falar em uma juventude homogênea, mas em diferentes juventudes, marcadas por desigualdades, oportunidades e formas distintas de participação social. Nessa perspectiva, os jovens devem ser reconhecidos como sujeitos sociais que produzem sentidos sobre a realidade, estabelecem relações com diferentes espaços coletivos e constroem formas próprias de participação na sociedade. Assim, discutir juventude e cidadania significa considerar as diferentes maneiras pelas quais os jovens compreendem seus direitos, exercem a participação social e política e se relacionam com os espaços coletivos dos quais fazem parte.

A cidadania, nessa perspectiva, não deve ser compreendida apenas como o reconhecimento formal de direitos ou como o exercício periódico do voto, mas como uma construção social vinculada à participação dos sujeitos na sociedade e à luta pela ampliação e efetivação de direitos. Dagnino (2004) destaca a dimensão ativa da cidadania, compreendendo-a como uma estratégia política que envolve a participação dos sujeitos na definição dos direitos e na construção da própria sociedade em que vivem. Essa concepção permite compreender a cidadania para além de sua dimensão institucional, relacionando-a às práticas cotidianas, à participação coletiva e à capacidade dos sujeitos de reivindicar novos direitos. No caso da juventude, essa perspectiva possibilita reconhecer diferentes formas de participação e expressão juvenil como componentes importantes da construção da cidadania.

[1] Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, graduado em pedagogia pelo Centro Universitário de João Pessoa – UNIPÊ aumendess1@gmail.com;

ISSN: 2358-8829

Nesse processo, os movimentos sociais constituem importantes espaços de organização, participação e produção de ações coletivas. Para Gohn (2011), os movimentos sociais são ações coletivas de caráter sociopolítico e cultural que possibilitam diferentes formas de organização e mobilização dos sujeitos em torno de demandas, interesses e projetos. Sua atuação está relacionada à luta por direitos, à construção de identidades coletivas e à transformação de determinadas condições sociais. Desse modo, compreender os movimentos sociais também significa compreender processos por meio dos quais diferentes grupos sociais tornam públicas suas demandas e participam da construção da vida coletiva. Para os jovens, o contato com essas experiências pode favorecer o desenvolvimento de uma compreensão mais ampla acerca da cidadania, da participação social e das possibilidades de intervenção na realidade.

É nesse contexto que se estabelece a relação entre juventude, cidadania, movimentos sociais e educação, especialmente por meio do ensino de Sociologia. A escola constitui um espaço importante para a formação de sujeitos capazes de compreender criticamente a realidade social, enquanto a Sociologia pode possibilitar aos estudantes a problematização de fenômenos presentes em seu cotidiano, articulando conceitos e conhecimentos científicos às experiências vivenciadas em seus territórios. A abordagem de temas como cidadania, desigualdade, participação política, relações de poder e movimentos sociais pode contribuir para ampliar a compreensão dos jovens sobre a sociedade e sobre seu papel enquanto sujeitos de direitos e participantes da vida coletiva.

Dessa forma, o objetivo geral deste trabalho é analisar as contribuições do ensino de Sociologia e dos movimentos sociais para a formação cidadã dos jovens, tomando como referência as percepções de participantes da pesquisa realizada em duas cidades do Cariri Paraibano. Especificamente, busca-se compreender como os jovens concebem os movimentos sociais e sua importância social; analisar suas percepções sobre cidadania e participação; discutir as possibilidades do ensino de Sociologia como instrumento de compreensão crítica da realidade; e refletir sobre a aproximação entre os conteúdos sociológicos, as experiências juvenis e as formas de participação existentes nos territórios.

Os resultados evidenciaram diferentes compreensões dos jovens acerca dos movimentos sociais e do exercício da cidadania, revelando tanto o reconhecimento da importância da organização coletiva quanto limites na compreensão das diversas formas de participação social e política. As percepções apresentadas pelos participantes possibilitam compreender a cidadania para além de sua dimensão formal, relacionando-a à participação, à reivindicação de direitos e à atuação dos sujeitos na sociedade. Nesse sentido, os achados também apontam para

ISSN: 2358-8829

a importância de práticas educativas que aproximem o conhecimento sociológico das experiências concretas dos estudantes e favoreçam a leitura crítica da realidade.

Assim, o trabalho parte do entendimento de que a articulação entre juventude, cidadania, movimentos sociais e ensino de Sociologia pode ampliar as possibilidades de formação crítica e participativa. Ao aproximar os conteúdos sociológicos das experiências dos jovens e das questões sociais presentes em seus territórios, a escola pode contribuir para que os estudantes reconheçam seus direitos, compreendam as diferentes formas de participação coletiva e percebam-se como sujeitos capazes de intervir na realidade. Nessa perspectiva, Freire (1996) compreende a educação como uma prática fundamentada no diálogo, na reflexão crítica e na possibilidade de intervenção dos sujeitos no mundo. Desse modo, o ensino de Sociologia, quando articulado às experiências sociais e aos movimentos coletivos, pode constituir-se como importante espaço de formação cidadã, favorecendo não apenas a compreensão da realidade, mas também o desenvolvimento de uma postura crítica e participativa diante dela.

METODOLOGIA

O presente trabalho, é fruto da pesquisa de Farias (2019) que buscou compreender as percepções de jovens de duas cidades do Cariri Paraibano acerca dos movimentos sociais e do exercício da cidadania. Neste artigo, os resultados da investigação são retomados e analisados a partir de uma perspectiva educacional, buscando estabelecer relações entre as experiências juvenis, os movimentos sociais, o exercício da cidadania e as possibilidades do ensino de Sociologia para a formação crítica dos estudantes.

A pesquisa caracteriza-se por uma abordagem qualitativa e foi desenvolvida originalmente com jovens de duas cidades do Cariri Paraibano, utilizando grupo focal e entrevistas semiestruturadas como procedimentos de produção dos dados. Para a elaboração deste artigo, os resultados da investigação são retomados à luz das discussões sobre juventude, cidadania, movimentos sociais e ensino de Sociologia, estabelecendo um diálogo entre os dados produzidos na pesquisa e o referencial teórico mobilizado.

REFERENCIAL TEÓRICO

A construção do referencial teórico deste trabalho parte das discussões desenvolvidas por Farias (2019). A partir dessa base, busca-se ampliar a discussão, articulando as categorias

ISSN: 2358-8829

movimentos sociais, cidadania, juventude e ensino de Sociologia, compreendendo-as como dimensões relacionadas à participação dos sujeitos na sociedade e à formação cidadã.

Os movimentos sociais constituem o primeiro eixo dessa trajetória, uma vez que representam importantes formas de organização e participação coletiva. Para Gohn (2011), os movimentos sociais podem ser compreendidos como ações coletivas de caráter sociopolítico e cultural, por meio das quais diferentes sujeitos se organizam em torno de demandas, interesses, identidades e projetos. Sua atuação possibilita tornar públicas determinadas reivindicações, questionar relações sociais e políticas e contribuir para a construção e ampliação de direitos. Dessa forma, os movimentos sociais não se restringem às manifestações públicas, mas envolvem processos de organização, mobilização e produção de experiências coletivas.

Essa compreensão permite estabelecer uma relação direta entre movimentos sociais e cidadania. A cidadania não deve ser entendida apenas como o reconhecimento formal de direitos ou como o exercício do voto, mas como uma construção social e política relacionada à participação dos sujeitos na sociedade. Dagnino (2004) destaca uma concepção ativa de cidadania, vinculada à participação na definição dos direitos e na construção da sociedade. Nessa perspectiva, os sujeitos não são apenas destinatários de direitos previamente estabelecidos, mas podem participar dos processos de reivindicação, conquista e ampliação desses direitos. Os movimentos sociais, portanto, constituem espaços importantes para o exercício dessa cidadania, na medida em que possibilitam a organização coletiva e a expressão de demandas sociais.

A discussão sobre cidadania conduz, por sua vez, à necessidade de compreender os sujeitos que participam desses processos. A juventude deve ser considerada uma categoria social heterogênea, atravessada por diferentes condições econômicas, culturais, territoriais e históricas. Novaes (2006) chama atenção para a diversidade das experiências juvenis, indicando que não existe uma única forma de vivenciar a juventude. As condições sociais e culturais, os territórios e as oportunidades disponíveis interferem diretamente nas trajetórias e nas formas de participação dos jovens. Assim, compreendê-los como sujeitos sociais significa reconhecer sua capacidade de produzir sentidos sobre a realidade e construir diferentes formas de expressão e participação.

Essa perspectiva é fundamental para a pesquisa desenvolvida por Farias (2019), que toma como objeto as percepções de jovens de duas cidades do Cariri Paraibano acerca dos movimentos sociais e do exercício da cidadania. Ao colocar os jovens no centro da investigação, a pesquisa possibilita compreender como esses sujeitos interpretam a participação social, os direitos e as formas de organização coletiva em seus próprios contextos. Os resultados da

ISSN: 2358-8829

pesquisa original constituem, portanto, a base para a reflexão desenvolvida neste artigo, que busca avançar da compreensão das percepções juvenis para a discussão sobre suas possibilidades de formação cidadã.

Nesse sentido, o ensino de Sociologia constitui outro eixo fundamental deste trabalho. A escola pode contribuir para a formação de sujeitos capazes de compreender criticamente a realidade social, enquanto a Sociologia oferece instrumentos conceituais e teóricos para problematizar fenômenos presentes no cotidiano dos estudantes. Temas como cidadania, movimentos sociais, desigualdades, participação política, cultura e relações de poder permitem estabelecer relações entre o conhecimento sociológico e as experiências concretas dos jovens.

Essa perspectiva dialoga com Freire (1996), ao compreender a educação como prática fundamentada no diálogo, na reflexão crítica e na possibilidade de intervenção dos sujeitos no mundo. A educação, nessa concepção, não se reduz à transmissão de conhecimentos, mas envolve a construção de condições para que os sujeitos compreendam sua realidade e possam posicionar-se diante dela. No ensino de Sociologia, essa perspectiva reforça a importância de aproximar os conteúdos escolares das experiências sociais dos estudantes, transformando situações vivenciadas em objetos de reflexão e análise sociológica.

É nesse ponto que o presente artigo amplia a discussão desenvolvida em Farias (2019). Enquanto a pesquisa original buscou compreender o olhar dos jovens sobre os movimentos sociais e o exercício da cidadania, este trabalho retoma esses resultados para refletir sobre as contribuições do ensino de Sociologia para a formação cidadã. A questão passa, portanto, da identificação das percepções juvenis para a compreensão de como a escola pode utilizar essas experiências como ponto de partida para a construção do conhecimento sociológico.

Dessa forma, o referencial teórico deste trabalho estabelece uma trajetória que parte dos movimentos sociais como espaços de organização e participação, passa pela cidadania como construção social e política, reconhece os jovens como sujeitos sociais plurais e chega ao ensino de Sociologia como possibilidade de formação crítica e cidadã. A articulação dessas dimensões fundamenta a análise dos resultados da pesquisa realizada no Cariri Paraibano e permite compreender que o ensino de Sociologia pode contribuir para que os jovens reconheçam seus direitos, compreendam as diferentes formas de participação coletiva e percebam-se como sujeitos capazes de interpretar e transformar a realidade social.

ISSN: 2358-8829

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa, de abordagem qualitativa, foi realizada na Escola Cidadã Integral Professor José Gonçalves de Queiroz, em Sumé-PB, e na Escola Cidadã Integral Manoel Honorato Sobrinho, em Coxixola-PB, envolvendo oito estudantes participantes do grupo focal em Coxixola e quatro estudantes entrevistados em Sumé. Os resultados evidenciaram diferentes compreensões acerca da cidadania, da democracia, das manifestações sociais e da participação política juvenil, permitindo organizar a análise em torno da relação entre direitos, participação e formação cidadã.

No que se refere à cidadania, os estudantes apresentaram concepções diversas, compreendendo-a como conjunto de direitos, relação entre direitos e deveres e, ainda, como participação ativa na sociedade. Em ambas as escolas, os direitos apareceram como elemento central, sobretudo os direitos sociais, como educação, saúde, saneamento, moradia e segurança. Entretanto, a predominância dessa dimensão revelou uma compreensão ainda mais associada ao acesso aos direitos do que ao exercício de direitos civis e políticos, aspecto que permite dialogar com Dagnino (2004), para quem a cidadania constitui uma construção social e política relacionada à participação e ao reconhecimento do sujeito como portador de direitos.

Essa compreensão também se aproxima da perspectiva de cidadania ativa apresentada por Benevides (1994), na medida em que alguns estudantes não apenas reconhecem direitos, mas questionam as condições concretas para sua efetivação. Essa questão apareceu de maneira significativa quando uma participante problematizou se todas as pessoas podem ser consideradas efetivamente cidadãs quando não possuem acesso aos seus direitos, utilizando como exemplo comunidades indígenas. Assim, os resultados apontam para uma tensão entre o reconhecimento formal da cidadania e sua vivência concreta, indicando que ser reconhecido juridicamente como cidadão não significa, necessariamente, usufruir plenamente dos direitos.

Essa percepção também esteve presente nas discussões sobre democracia. Os estudantes relacionaram a democracia à garantia de direitos e questionaram as limitações existentes na atuação do poder público diante das demandas sociais. A referência à democracia como “indireta” não deve ser interpretada como rejeição ao regime democrático, mas como manifestação de uma crítica à distância percebida entre os cidadãos e os processos de decisão política. Nesse sentido, os dados reforçam a compreensão de Dagnino (2004) de que a cidadania envolve a ampliação dos espaços de participação e a construção de sujeitos capazes de intervir na sociedade.

ISSN: 2358-8829

As manifestações sociais também foram reconhecidas pelos estudantes como instrumentos de expressão coletiva e reivindicação de direitos. Alguns participantes associaram as manifestações a conquistas históricas, como o direito ao voto das mulheres, reconhecendo que determinados direitos foram resultado de processos de mobilização social. Ao mesmo tempo, surgiram divergências quanto à legitimidade e às formas de determinadas manifestações, especialmente em debates relacionados às pautas feministas e LGBTQIA+. Essas divergências demonstram que a participação política juvenil não ocorre de maneira homogênea, mas é atravessada por diferentes valores, experiências e interpretações.

Conforme Gohn (2011), os movimentos sociais constituem formas coletivas de ação e expressão de demandas, contribuindo para disputas e transformações no campo social e político. Desse modo, o próprio conflito de opiniões observado entre os estudantes pode ser compreendido como parte do processo de construção do pensamento político, uma vez que possibilita o confronto de perspectivas e a reflexão sobre direitos, igualdade e participação. Outro resultado relevante refere-se à participação política da juventude.

Os dados não sustentam a ideia de uma juventude apática ou indiferente às questões sociais. Embora nem todos os estudantes demonstrassem participação direta em movimentos sociais ou manifestações, a maioria apresentava opiniões formadas e capacidade de argumentação sobre questões políticas e sociais. Nesse sentido, Farias (2019) evidencia que a participação juvenil não deve ser compreendida exclusivamente pela inserção em organizações ou movimentos, podendo também manifestar-se pelo interesse pelos assuntos públicos, pelo acompanhamento das ações governamentais, pela elaboração de opiniões e pelo debate sobre problemas sociais. Essa compreensão dialoga com Novaes (2006), ao considerar as juventudes em sua diversidade de experiências, trajetórias e formas de inserção social.

Os resultados também permitem refletir sobre o papel do ensino de Sociologia na formação cidadã. Ao possibilitar que os estudantes relacionem conceitos sociológicos às experiências vivenciadas em seu cotidiano, a disciplina pode contribuir para a problematização das desigualdades, dos direitos, das formas de participação e dos conflitos presentes na sociedade. Nessa perspectiva, Freire (1996) destaca a importância do diálogo, da reflexão crítica e da leitura do mundo como dimensões fundamentais do processo educativo.

Os resultados da pesquisa indicam, portanto, que o ensino de Sociologia pode constituir espaço privilegiado para que os jovens compreendam a cidadania não apenas como condição jurídica, mas como processo social que envolve direitos, participação, conflitos, reivindicações e possibilidades de transformação da realidade. Em síntese, os achados de Farias (2019) revelam que os jovens pesquisados possuem diferentes formas de compreender e vivenciar a

ISSN: 2358-8829

cidadania, reconhecem as manifestações sociais como mecanismos de reivindicação e demonstram interesse e posicionamento diante de questões políticas e sociais. A principal contribuição desses resultados está em evidenciar que a participação juvenil não pode ser reduzida à militância organizada, devendo considerar também as formas cotidianas de reflexão, posicionamento, debate e construção de opiniões. Nesse cenário, o ensino de Sociologia, articulado às experiências concretas dos estudantes, pode contribuir para ampliar a compreensão sobre a sociedade e fortalecer processos de formação cidadã crítica e participativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma das principais conclusões da pesquisa consiste justamente na necessidade de ampliar a compreensão sobre o que significa participação juvenil. Os dados analisados por Farias (2019) não permitem caracterizar os jovens pesquisados como apáticos ou indiferentes à realidade social. Mesmo quando não participam diretamente de movimentos sociais ou manifestações, os estudantes demonstram interesse por questões públicas, formulam opiniões, estabelecem críticas e participam de debates sobre direitos, democracia e problemas sociais. Essa constatação aproxima-se da perspectiva de Novaes (2006), que compreende as juventudes como plurais, atravessadas por diferentes experiências, trajetórias e condições sociais.

Nesse contexto, o ensino de Sociologia apresenta-se como importante espaço de problematização dessas experiências. Mais do que transmitir conceitos sobre cidadania, democracia ou movimentos sociais, a disciplina pode possibilitar que os estudantes relacionem os conhecimentos sociológicos às situações vivenciadas em seu cotidiano, desenvolvendo a capacidade de questionar, argumentar e compreender criticamente a realidade. Essa perspectiva dialoga com Freire (1996), especialmente no que se refere à educação como prática fundamentada no diálogo, na reflexão crítica e na possibilidade de intervenção no mundo.

Como contribuição para a comunidade científica, o estudo reforça a importância de investigar as juventudes a partir de seus próprios discursos e experiências, evitando interpretações generalizantes sobre desinteresse ou afastamento dos jovens da política. Ao tomar como referência estudantes de duas cidades do Cariri Paraibano, a pesquisa também contribui para ampliar a produção de conhecimentos sobre juventude, cidadania e participação em contextos do interior do país, especialmente em espaços escolares públicos.

Do ponto de vista empírico, os resultados podem subsidiar práticas pedagógicas voltadas à formação cidadã, particularmente no ensino de Sociologia, estimulando debates sobre direitos, democracia, movimentos sociais, desigualdades e diferentes formas de

participação social. A escola pode constituir-se, assim, como espaço de diálogo e reflexão sobre questões que fazem parte da realidade dos jovens, reconhecendo-os como sujeitos capazes de interpretar, questionar e participar da vida social.

Por fim, os resultados também apontam para a necessidade de novas pesquisas. Estudos futuros poderão ampliar o número de escolas e municípios investigados, incorporar diferentes segmentos juvenis e analisar outras formas de participação política, inclusive aquelas desenvolvidas nos espaços digitais e nas redes sociais. Também se mostra relevante aprofundar a investigação sobre como o ensino de Sociologia pode contribuir concretamente para a formação cidadã dos jovens, articulando os conhecimentos produzidos pela área às experiências sociais vivenciadas no cotidiano escolar. Dessa forma, a pesquisa não encerra o debate, mas reafirma a necessidade de compreender as juventudes em sua pluralidade e de fortalecer a escola e o ensino de Sociologia como espaços de formação crítica, diálogo e participação social.

Palavras-chave: Juventude; Cidadania; Movimentos Sociais; Ensino de Sociologia; Participação Política.

REFERÊNCIAS

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. Cidadania e democracia. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, p. 5-16, 1994.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando. **Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela**, p. 95-110, 2004.

FARIAS, José Aumendes da Silva et al. Movimentos sociais e o exercício da cidadania sob o olhar dos jovens de duas cidades do Cariri Paraibano. 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. 1996.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista brasileira de Educação**, v. 16, n. 47, p. 333-361, 2011.

NOVAES, Regina. Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias. **Culturas jovens: novos mapas do afeto. Rio de Janeiro: Jorge Zahar**, p. 105-120, 2006.